

Plantando um Sonho



Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro do Desenvolvimento Agrário

José Abrão

Secretário Executivo do MDA

Francisco Orlando da Costa Muniz

Secretário da Agricultura Familiar

Gilson Alceu Bittencourt

Gerente do Pronaf

Reinaldo Pena Lopes

Plantando um Sonho

SUSTENTABILIDADE, GESTÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO



BRASÍLIA, JULHO DE 2002

Plantando um Sonho:

Sustentabilidade, gestão social e planejamento

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Programa Nacional de Fortalecimento da
Agricultura Familiar - Pronaf

Coordenação Geral – MDA/SAF/PRONAF

Fani Mamede
Iracema Cavalcante de Paula
Reni Antonio Denardi (coordenador da equipe)
Tânia Maria de Melo

Colaboração

Valéria Tavares Rabelo – Comunicação/SAF

Apoio

Pnud - Projeto BRA/98012

Coordenação de Elaboração

Cláudia Dansa
Helana Freitas
Laís Mourão Sá

Produção de Texto

Cláudia Dansa
Cristina Leite
Eliana L. C. Ramirez Abrahão
Helana Freitas
Izabel Zaneti
Laís Mourão Sá
Maria de Fátima R. Makiuchi
Maria do Socorro Silva
Suzi Theodoro

Edição e Revisão

Cláudia Carréra
Cláudia Dansa
Helana Freitas
Laís Mourão Sá

Projeto Gráfico e Edição de Arte

Cláudia Carréra
Fernando Secchin

Capa, Edição de Fotografia e Fotomotagem

Fernando Secchin

Foto da Capa

INCRA/Carlos Terrana

Pesquisa e Apoio

Patrícia Mazoni C.
Rúbia Cynara de M. Pereira

Agradecimentos

Secretarias Estaduais do Pronaf de Amapá,
Alagoas, Minas Gerais, Santa Catarina e Goiás.
Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
de Pracuuba, de Amapá, de Igreja Nova, de
Capela Nova, de Lontras e de Orizona.
Aos agricultores dos municípios visitados, pelo
apoio e pelos depoimentos prestados.

Sumário

Para início de conversa		5
1. O que é desenvolvimento		7
1.1 A Revolução verde		8
Atividade 1		8
Atividade 2		9
1.2 Uma nova ordem mundial e o desenvolvimento		9
2. O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade		11
Atividade 3		17
3. Gestão social do desenvolvimento sustentável		18
3.1 Desenvolvimento local sustentável e agricultura familiar		19
Atividade 4		20
4. O planejamento		21
Atividade 5		23
4.1 Etapas do planejamento		23
4.1.1 Sensibilização da comunidade		24
4.1.2 Diagnóstico participativo		25
Atividade 6		25
4.1.3 Elaboração de Planos de Ação		26
4.1.4 Execução – realização do plano de ações		27
4.1.5 Acompanhamento, avaliação e socialização com a comunidade		27
5. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR		28
5.1 O PRONAF como estimulador da sustentabilidade planejada e da descentralização		29
Atividade 7		32
6. Desafios		33
Atividade 8		34
Bibliografia consultada		35

Para início de conversa

Este caderno contém algumas reflexões e informações básicas sobre os temas desenvolvimento sustentável, planejamento e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Nele serão trabalhadas as idéias de desenvolvimento sustentável e de gestão social, não apenas na teoria, mas buscando responder aos problemas cotidianos enfrentados pelos agricultores familiares.

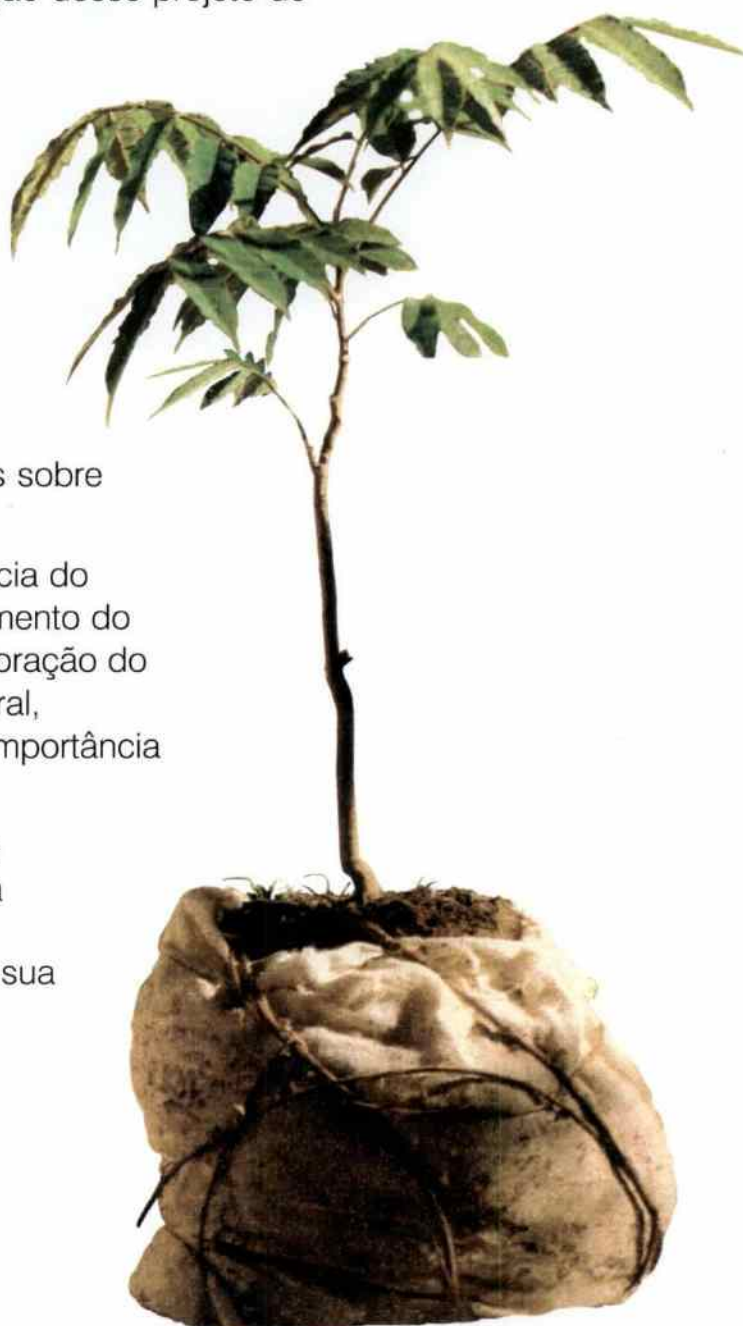
Seu objetivo é ajudá-lo a pensar sobre o desenvolvimento da sua região e do seu município e sobre a sua participação, como Conselheiro ou Conselheira, na construção desse projeto de desenvolvimento.

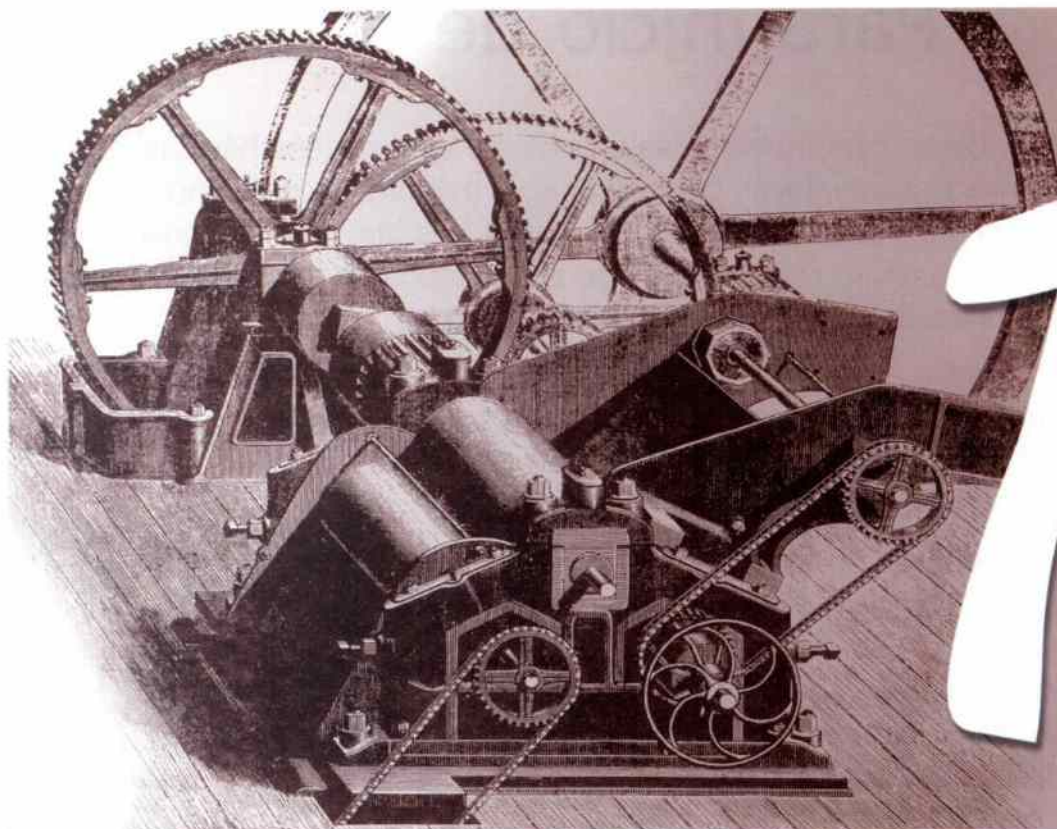
Começaremos pela história, pois não se pode entender bem o presente sem se conhecer o passado que o gerou. Mas, para não ficar só no passado, selecionamos, também, alguns depoimentos e situações vividas por agricultores familiares, em diversos municípios beneficiados pelo PRONAF. Essas situações ilustrarão e servirão para discutirmos algumas idéias sobre desenvolvimento sustentável.

Também será abordada a importância do planejamento e do Plano de Desenvolvimento do Município, do Estado e do País. Na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, destacaremos, especialmente, a sua importância para o processo participativo.

Como nos demais cadernos, nesse também haverá algumas atividades para fazer você pensar e ir em busca de conhecimentos que possam traduzir, na sua realidade do dia-a-dia, as idéias aqui discutidas.

Boa leitura!





Sociedade moderna e sociedade desenvolvida passam a ser sinônimos e a dita sociedade moderna é reconhecida pela sua produção industrial. Desse modo, quase todos os países do mundo buscam a industrialização como a única alternativa para alcançar o desenvolvimento.



O que é Desenvolvimento

A palavra desenvolvimento passou a ser comum depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No início da década de 60, o mundo vivia a Guerra Fria entre Estados Unidos e a antiga União Soviética. Preocupados com a expansão comunista no mundo, os Estados Unidos propuseram a modernização das sociedades consideradas "atrasadas".

Um dos critérios para considerar uma sociedade atrasada era a economia baseada na agricultura. Por outro lado, uma sociedade moderna seria aquela em que houvesse predomínio de produção industrial e fosse urbana.

Contudo, o processo de desenvolvimento dos países pautava-se no consumo cada vez maior dos

recursos disponíveis no meio ambiente. Assim, à medida em que a industrialização avançava, as pressões sobre o meio natural também aumentavam. Quanto mais acelerados os ritmos da industrialização, mais acelerados também os ritmos de destruição da natureza. Instalou-se então uma crise ambiental.

Essa percepção da crise ambiental assumiu grande dimensão quando ocorreu a crise do petróleo em 1973. Nesse período, as nações consideradas desenvolvidas já sentiam as conseqüências decorrentes de sua opção de desenvolvimento, centrada na exploração intensiva e predatória dos recursos naturais. Com a crise do petróleo, os países industrializados perceberam que seu processo de desenvolvimento baseava-se no uso de recursos naturais finitos.

Os países em vias de desenvolvimento, entre os quais o Brasil, viviam o auge do processo de desenvolvimentismo, que reproduzia o modelo industrial de desenvolvimento. A mudança da estrutura econômica de país agrário-exportador para urbano-industrial começa a tomar forma na década de 40, com a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, durante o governo de Getúlio Vargas.

Porém, é com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder, em 1956, que o processo de industrialização nacional passa a ser responsável pelo desenvolvimento da nação, sendo, então, ajustado aos interesses do capital estrangeiro. Nessa época, o capital estrangeiro entra de forma maciça no País e ocupa os ramos da indústria pesada.

É nesta época que o Brasil um país cheio de ferrovias e com grande potencial para as hidrovias faz a opção pela construção de rodovias em função da vinda da indústria de automóveis para o país.



O modelo desenvolvimentista pode ter sido bem sucedido quanto aos aspectos econômicos, mas acarretou conseqüências desastrosas do ponto de vista social. É justamente nessa ocasião que se agravaram os abismos entre ricos e pobres, e que foram aumentadas as desigualdades e injustiças

sociais, entre outras conseqüências não menos significativas.

As políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro naquela ocasião privilegiaram o setor industrial e conseqüentemente as áreas urbanas, deixando o campo à margem do processo. Isso deu origem a um expressivo êxodo rural: a saída em massa de pessoas do campo para buscar oportunidades na cidade. Este movimento desencadeou uma concentração populacional em áreas urbanas, com a formação nas periferias de bolsões de pobreza e favelização.

Ao setor primário (agricultura e pecuária) cabia subsidiar o setor secundário (a indústria). Deste modo, a opção brasileira de desenvolvimento agrário não estava destinada à satisfação das necessidades básicas da população, mas ao atendimento das demandas da indústria e da exportação.

É interessante constatar que o processo de desenvolvimento, por meio da industrialização, não foi capaz de tirar o país da velha condição de país exportador de produtos primários (café, algodão, minério de ferro, cacau, açúcar, laranja). Tampouco a estrutura fundiária foi alterada, uma vez que a agricultura continuou baseada no latifúndio.

Para se adequar a esse modelo de desenvolvimento, tornou-se necessário **modernizar** o setor agrícola.

No Brasil esse processo de modernização da agricultura ficará conhecido como desenvolvimento rural. O desenvolvimento rural brasileiro esteve, desde cedo, centrado na Revolução Verde.



1.1 A Revolução Verde

Em meados da década de 60, alguns cientistas acreditavam que a fome nos países da Ásia, África e América Latina seria solucionada se fossem empregados determinados tipos de sementes de trigo, milho e arroz, capazes de ter alta produtividade e gerar, em pouco tempo, uma quantidade maior de alimentos. Naquela época difundia-se o conceito de que a fome no mundo era o resultado da baixa produtividade de alimentos do setor agrícola. Contudo, não bastava usar apenas as sementes melhoradas geneticamente, era necessário, para

Atividade 1

Consulte os moradores mais antigos da sua região e pergunte se eles se lembram de mudanças na região entre os anos 40 – 60.

Busque compreender se sua região foi afetada pelo êxodo rural, se houve industrialização e quais as principais conseqüências dessas mudanças para os produtores rurais do Município.



essa modernização implica uma intensificação da produção e da produtividade, estreitando a relação entre o campo e a indústria, com a introdução de máquinas pesadas e produtos agroquímicos. Esse quadro gera um novo comportamento no agricultor – mais individualista e competitivo no mercado.

que a produtividade fosse alta, que os processos de irrigação, controle de pragas, manejo do solo, entre outros, sofressem alterações profundas. Assim, o uso de máquinas pesadas, defensivos agrícolas e outros produtos agroquímicos passaram a ser sinal de modernização agrícola e, conseqüentemente, de desenvolvimento.

Buscar a máxima produtividade sem levar em conta as conseqüências possíveis trouxe grandes problemas ambientais e sociais.

No caso ambiental, quando duplicamos o rendimento do cultivo, aumentamos em quase dez vezes a necessidade de fertilizantes, pesticidas e energia. Dessa maneira não é difícil entender porque a agricultura moderna é responsável por boa parte da contaminação do solo e das águas.

Quando pensamos nas conseqüências sociais da Revolução Verde, podemos citar o êxodo rural. À medida em que a lavoura se industrializava, os camponeses e os trabalhadores agrícolas foram sendo expulsos do campo em direção às cidades, onde pouquíssimos conseguiam casa e trabalho.



Atividade 2

1. Hoje, passado meio século de modificações intensas na lavoura, temos quase 800 milhões de famintos no mundo, vivendo, a maioria deles, na Ásia, África e América Latina, regiões às quais se destinava a Revolução Verde. O que deu errado?

2. Discuta junto com os demais conselheiros qual o papel da indústria de insumos na vida do agricultor ainda hoje e suas conseqüências para as condições de produção.



1.2 Uma nova ordem mundial e o desenvolvimento

O mundo atual tem experimentado mudanças de abrangência global, as quais vêm progressivamente alterando o cotidiano das pessoas. Estas mudanças, cuja base principal são as inovações tecnológicas, especialmente no campo da informática, estão associadas a uma crise social, decorrente do processo de integração internacional de sistemas produtivos e de mercados, chamado globalização.

A globalização tem implementado mudanças na forma de atuação do Estado em diferentes planos:

- No plano econômico – por meio da unificação dos mercados mundiais, da quebra de barreiras no comércio internacional e da livre circulação de capitais;
- No plano político – por meio da diminuição da importância dos Estados Nacionais, como agentes reguladores da sociedade, e do fortalecimento das instâncias supranacionais, organizadas em escala mundial;
- No plano social – por meio de corte nos gastos sociais e desativação de programas sociais públicos; por exemplo, a desestruturação dos serviços públicos e de assistência técnica, de pesquisa, de formação profissional, de armazenamento e de comercialização.

Dessa forma, temos assistido a uma substituição progressiva de políticas sociais universais, pelas políticas compensatórias e emergenciais. Assim, o desenvolvimento passa a ter determinantes que ultrapassam as fronteiras geográficas e obedecem a determinações mais amplas.

Estas determinações têm conseqüências no processo de produção e de trocas entre os países e nos papéis que cada país passa a assumir no novo contexto mundial — bem como, no papel do Estado. Nessa nova proposta de organização econômica mundial, as empresas transnacionais ganham um destaque especial nas economias dos

países. Elas excluem dos mercados as pequenas organizações nacionais, fazendo com que estas se tornem parte do seu processo produtivo ao comprar seus produtos ou serviços. Vínculos de dependência são estabelecidos entre as grandes empresas e os agricultores familiares, que passam, por exemplo, a vender seus produtos diretamente para elas.

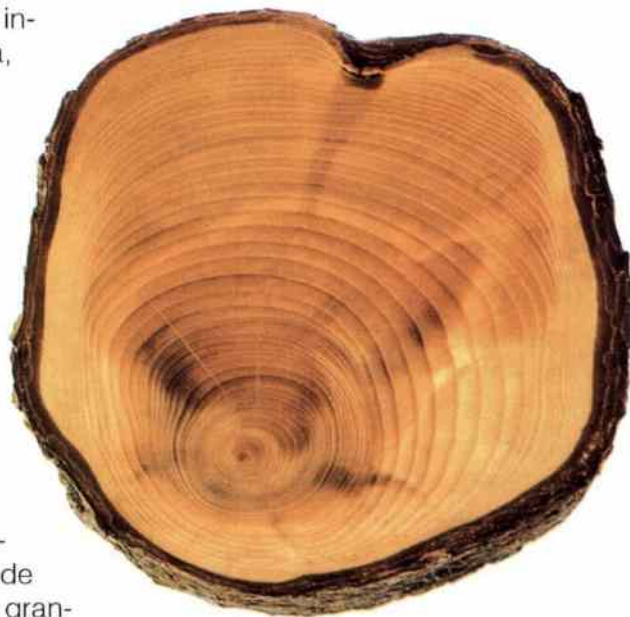
O mesmo processo ocorre na cidade com as pequenas empresas urbanas, que passam a prestar serviços **terceirizados** pelas grandes organizações. Por serem muito ricas, essas empresas podem se deslocar e buscar os preços e condições que mais as favoreçam a cada momento. Assim, elas não têm nenhuma obrigação moral, social ou ética com aqueles que delas dependem, podendo descartá-los do processo ou impor-lhes condições a qualquer momento.

Com relação aos países em desenvolvimento, seu papel neste processo é fornecer a mão-de-obra mais barata, algumas matérias-primas necessárias à confecção dos produtos e um ou outro produto industrializado. Na prática, países como o Brasil continuam fazendo o papel que sempre fizeram, pautando sua inserção no mercado externo como fornecedores de matérias-primas.

Nesse quadro, em que o capital se concentra cada vez mais na mão de poucos, gerando uma grande maioria de excluídos, não há, do ponto de vista social e ambiental, grandes mudanças na forma de se encarar o desenvolvimento.

Entretanto, as questões relacionadas ao esgotamento dos recursos naturais e ao agravamento dos problemas sociais demandam respostas e muitos grupos têm debatido sobre uma nova forma de pensar o desenvolvimento.

A terceirização é a contratação de serviços por meio de empresa intermediária entre o tomador de serviços e a mão-de-obra, mediante contrato de prestação de serviços.





O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade

Aqui vamos considerar sustentabilidade como a necessidade de manter a capacidade do planeta de sustentar todos os seres vivos que dependem da natureza para obter o ar, a água e todos os alimentos.

A necessidade de implementar um outro modelo de desenvolvimento, que procurasse conciliar a tensão existente entre crescimento econômico, expansão humana, avanço tecnológico e conservação da natureza, gerou a proposta do **desenvolvimento sustentável**.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMD, da Organização das Nações Unidas - ONU, em 1987, presente no relatório Brundtland, também chamado "Nosso Futuro Comum". As propostas deste relatório partem do pressuposto de que é possível e desejável conciliar crescimento econômico e conservação ambiental.

Num primeiro momento, a idéia de desenvolvimento sustentável era uma tentativa de conservar o velho modelo de desenvolvimento fazendo, apenas, alguns ajustes.

Posteriormente, esse conceito foi avançando para uma visão crítica das condições globais da vida no planeta e o termo **sustentabilidade** assumiu um papel fundamental nas reflexões sobre modelos de desenvolvimento.

A definição de sustentabilidade implica compreendermos que o ser humano, por mais avançado que esteja tecnologicamente, não perdeu sua condição de parte de um sistema natural complexo, que envolve outros seres vivos, a água, o ar e a própria terra. Não é possível pensar um modelo econômico e social sustentável, sem que ele esteja orientado por esse princípio.

Confira nos depoimentos a seguir, se as situações descritas correspondem a idéia de sustentabilidade como manutenção da capacidade de sustentação do planeta?



A gente quer que melhore a situação do pescador porque o peixe no rio não se encontra mais. A precisão agora é ter tanque-rede para criação, mas a gente fica dependendo do dinheiro. Nós até recebemos 6 tanques doados pela CODEVASF, junto com o Ministério da Integração, mas é pouco para doze famílias.

(João Batista, presidente colônia de pescadores, Igreja Nova - AL.)



A situação do pescador nesta região tornou-se insustentável em função da diminuição da quantidade de peixes no rio. As soluções técnicas trazidas neste momento, isto é, a criação de peixes em tanque-rede, peixes que não são nativos da região, visam proporcionar ao pescador um sustento imediato e uma atividade que possa inseri-lo no

mercado. Todavia, a insustentabilidade permanece, pois o pescador, ao assumir uma nova técnica, que nada tem a ver com a base cultural e social de que dispõe no local, fica dependente de um pacote tecnológico (apoio técnico, tanque, ração etc), para assumir esse novo papel. Além disso, para criar o peixe, o pescador tem que alimentá-lo, cuidar de todas as condições ambientais de reprodução ao seu redor, o que requer um tempo e um recurso financeiro que ele não dispõe. A tendência é que ele acabe dependente de apoio permanente do poder público ou que abandone sua condição de produtor.

Mas por que não há mais peixe no rio?



Não tem peixe no rio (...) porque quem produz o peixe no rio são as lagoas. Quando o rio São Francisco enchia, as lagoas também enchiam, então eram um berçário. Quando o rio vazava, aquele peixe da lagoa vinha para o rio (...)

A produção de peixe no rio não pode ser criada.

Depois da construção do Xingó alguém veio fazer um teste para ver se o Tucunaré reproduzia. Então daí ele se gerou. Nós temos aqui em todo o canto, é o peixe que mais existe. Esse tal de Tucunaré, vindo da Amazônia, é o pior predador.

(João Batista, presidente colônia de pescadores, Igreja Nova - AL.)



Neste último depoimento podemos notar que o modelo econômico que planeja a construção de hidrelétricas para gerar energia, para mover o desenvolvimento industrial, não prevê o impacto dessas ações na vida cotidiana dos pescadores. O rio é visto, apenas, como fonte de energia, ignorando-se que ele é, há muito tempo, fonte de vida para as populações que habitam suas margens. Além disso, quando são apresentadas soluções, elas podem trazer mais prejuízo do que o próprio problema já causado.

Esse prejuízo não é só econômico. O modelo de desenvolvimento que vem junto com a energia elétrica, introduz novos hábitos de consumo que são incompatíveis com a degradação causada na vida das pessoas. No limite, é possível encontrar famílias que não têm o que comer, mas têm um aparelho de TV na sua sala consumindo energia elétrica.

Mas será que não podemos buscar soluções para esse problema a partir de um investimento que articule o conhecimento científico e o conhecimento local?

O pescador tem, no seu saber, um conhecimento acumulado sobre os processos naturais da região.



Acabou o surubim também. Então, o peixe que existe aqui é esse camarão. Hoje em dia nem crescer ele cresce, porque ele só cresce com o oxigênio da água que faz funcionar a criação dos peixes. A vegetação é quem puxa o oxigênio. Então se eu botar um viveiro aí, depois de três dias está tudo morto.

É por isso que nós escolhemos aqueles tanques de lá porque é o lugar mais fundo porque a planta não vem dentro, a claridade do planeta não chega no solo então elas [as plantas] não nascem.



(João Batista, presidente colônia de pescadores, Igreja Nova - AL.)

O modelo industrial de desenvolvimento distanciou a vida humana do conhecimento sobre os ritmos naturais, substituindo-os por ritmos muito semelhantes aos das máquinas. A conquista das riquezas naturais aumentou um tipo de poder financeiro que não tem qualquer preocupação com o futuro, nem com a preservação da vida.





Os recursos naturais não podem ser extraídos além da capacidade de recuperação, pois deixam de ser renováveis. O desenvolvimento industrial retira cada vez mais energia e trabalho da natureza, sem dar tempo para que ela se regenere. Com a rapidez da exploração, os recursos naturais tendem a se esgotar rapidamente em todo o planeta.

De maneira geral, agir de forma sustentável, seja no campo ou na cidade, traduz-se numa atuação do ser humano sobre o meio ambiente, feita de tal maneira que assegure às gerações futuras as mesmas oportunidades que tivemos.



Por que plantar? Porque vou colher, meu filho vai colher, meu neto vai colher. Isto é sustentabilidade, as gerações futuras vão permanecer.

(Rosângela Santana, Pracuuba - AP)



Claro que é impossível pensar no futuro se o presente não tem seus problemas resolvidos. Todos precisamos ter condições de vida adequadas: terra, renda e infra-estrutura, que garantam o nosso sustento e qualidade de vida imediatos. Porém, as alternativas que escolhermos para obter essas condições atuais, bem como as prioridades que daremos aos nossos investimentos, dependem de estarmos ou não pensando num futuro sustentável.



A cana a gente não entra com nada, a despesa é toda da usina, na época em que a gente entrega a cana para a usina ainda dá para tirar alguma coisa. O alimento vem de Penedo, o dinheiro vem da usina e a gente faz compra em Penedo.

[Pergunta: Vocês plantam para consumo próprio?]

Não, não, nada.

Eu era pescador, parei de pescar porque não tinha mais peixe nenhum, se o caboclo for viver de peixe morre de fome. O arroz também estava dando prejuízo, tinha que pegar dinheiro no banco para plantar, quando chegava a hora da safra ninguém tinha dinheiro para pagar.

(José Santos, agricultor - Igreja Nova - AL)



Muitos pescadores, por falta de alternativa, têm de se tornar agricultores e acabam por ficar dependentes, seja do financiamento governamental, seja de condições ofertadas por usinas ou empresas de grande porte (frigoríficos, laticínios etc).

Esta solução acaba por afastar o agricultor, até mesmo, do plantio de subsistência que normalmente ele pratica. Há casos em que o agricultor acaba arrendando suas terras, contratando serviços externos.

O agricultor não leva em consideração que esta situação, aparentemente favorável, pode mudar. O solo pode se esgotar e a produção se tornar mais cara, pela necessidade cada vez maior de insumos agrícolas para o plantio. Isto pode fazer com que não seja mais interessante para a usina fazer esta parceria com ele. Esta não é uma situação nem socialmente, nem ambientalmente sustentável.

No depoimento seguinte o agricultor já busca novas alternativas. Esse produtor faz parte do grupo da colônia de pescadores do seu município que está desenvolvendo a criação de peixe.



Rapaz, minha atividade é muita coisa na minha vida, eu planto mandioca, planto cana, com a usina. Quem faz tudo no meu lote sou eu, eu com a família. Eu planto milho também. Só isso: milho, mandioca e cana.

(...)

[A pesca] foi uma atividade que veio da Associação, e a gente que vive aqui tem que experimentar de tudo. Vamos fazer esse teste, para ver se a gente toca o barco melhor para sobreviver.



(Pedro Moreira da Silva, agricultura familiar, Igreja Nova - AL.)



O arroz irrigado tem vários problemas: a comercialização, o intermediário pagando preço baixo. Com isso tem as inadimplências. Veio a oportunidade da cana-de-açúcar com preço mais favorável hoje. Muitos agricultores estão deixando a rizicultura para plantar a cana-de-açúcar, encontrando com isso uma solução imediata para suas inadimplências. Mas isso está trazendo

outro problema que é a praga do rato que acontece aonde tem a cultura da cana no mesmo lugar da cultura do arroz.



(José Francisco, agrônomo, Secretaria de Agricultura do Estado de Alagoas, Igreja Nova - AL.)



Do ponto de vista econômico, os sistemas produtivos serão mais sustentáveis se forem criadas estratégias coletivas de acesso aos recursos externos, tais como crédito, capacitação, assistência técnica, infra-estrutura, pesquisa. Esses recursos são necessários à produção, ao beneficiamento e à comercialização do produto.

A definição econômica de sustentabilidade diz que "uma economia sustentável é aquela capaz de manter seu estoque de capital em nível constante por longo tempo".

Mas a sustentabilidade não é apenas um conceito econômico. Ela depende também de uma justa distribuição do uso dos recursos naturais, para que a qualidade de vida seja um bem comum a todos os seres vivos, e não apenas aos privilegiados.

A sustentabilidade tem também uma dimensão política. No que se refere às políticas públicas, é preciso que seja garantido um planejamento de curto, médio e longo prazo, que integre os diversos setores capazes de solucionar os problemas e que tenha continuidade em relação às mudanças de governo.

Do ponto de vista da **participação social**, a sustentabilidade deve acontecer durante todo o pro-

cesso de construção das políticas, para garantir que elas atendam aos interesses locais, levem em conta os recursos culturais e as condições ambientais da região e tenham continuidade.

Numa visão que inclui um futuro sustentável, a educação ganha um papel fundamental. Hoje o modelo de desenvolvimento que determina as práticas extensionistas ligadas aos órgãos governamentais oferece alternativas que, embora solucionem de imediato os problemas de sustento dos agri-

É importante que os grupos locais se mobilizem para preservar sua identidade cultural, sua capacidade organizativa, que inclui força de solidariedade local e sentimento de pertencer ao território/natureza onde se encontram.



INCRA/Carlos Terrana

cultores, não são sustentáveis a médio e longo prazo. Muitas vezes o agricultor aceita essas alternativas por necessidade de resolver seus problemas imediatos, mas nem sempre elas são uma garantia de continuidade da existência da unidade produtiva familiar.

No entanto, os filhos desses agricultores podem ir à escola e se tornarem, eles mesmos, técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, biólogos. Se esta formação for feita para integrar os conhecimentos da cultura local, àqueles que recebem na escola, poderão travar com os extensionistas um diálogo mais profundo e crítico. Poderão, ainda, estar ajudando a construir novas soluções, mais sustentáveis, para os problemas hoje encontrados. Quem disse que campo e conhecimento não combinam?



A EFA [Escola Família Agrícola] é a perna que faltava para o homem do campo andar melhor. Hoje, uma pequena propriedade não produz sem técnica. O aluno ficava perdido, às vezes ele acabava fazendo um curso que não tinha nada a ver, fora (da cidade) e depois voltava para a propriedade ou ficava por lá. A EFA veio para chegar a técnica até o pequeno produtor.

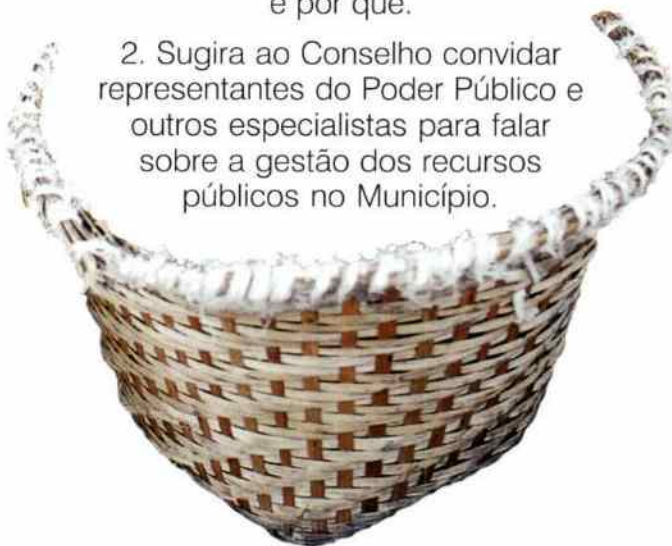
(Aparecida dos Reis, EFA, Orizona - GO.)



“O planeta tem capacidade de alimentar a todos, mas não a cobiça de todos”. (Mahatma Gandhi)

Atividade 3

1. Converse com os demais conselheiros e tente refazer a trajetória das opções de desenvolvimento do seu município. Tente compreender se elas são ou não sustentáveis e por que.
2. Sugira ao Conselho convidar representantes do Poder Público e outros especialistas para falar sobre a gestão dos recursos públicos no Município.



Definir a sustentabilidade deve ser uma questão de identidade nacional e de cidadania. Portanto, é preciso fazer políticas públicas para o bem-estar das pessoas, e não apenas para a economia.

Mais do que uma economia sustentável é preciso ter como meta uma sociedade sustentável, baseada em valores humanos e sociais.

Para concluir, é bom lembrar que o desenvolvimento é algo que acontece na prática. Ele surge em todas as opções que os indivíduos, as organizações e o Estado fazem quando estão construindo seus projetos, programas e políticas. Por isso, pensar o desenvolvimento é, também, pensar em como administrá-lo e em como traduzi-lo em metas, em ações concretas, em processos e resultados, em soluções de problemas e em construção de propostas. É neste sentido que falaremos agora na gestão social.



Vídeo PRONAF / Waldir de Pina



A gestão social é o conjunto de regras, decisões e ações definidas e aceitas por grupos que representam diversos setores, como um modo de administrar os problemas e necessidades que afetam toda a sociedade.

A agricultura familiar representa um importante sustentáculo à produção agrícola nacional, especialmente na produção de alimentos básicos. Apresenta características como a diversificação, a durabilidade dos recursos naturais e a maximização do uso da reciclagem dos insumos internos, tornando os agricultores familiares os principais responsáveis por um desenvolvimento sustentável.

Gestão social do desenvolvimento sustentável

Sem uma preocupação com a gestão social, as sociedades são apenas um aglomerado de pessoas, vivendo de modo conflitivo e desordenado. A **organização social para a gestão é indispensável para um desenvolvimento sustentável.**

A gestão do desenvolvimento local realiza-se por meio das decisões e ações definidas em conjunto pelos representantes dos diversos grupos sociais locais envolvidos com as atividades rurais.

É preciso que estas decisões e ações sejam fruto de um diagnóstico e planejamento bem fundamentados, nos quais as questões rurais sejam entendidas dentro do panorama sócio-econômico local, não apenas municipal, mas também regional, nacional e global.

Para entendermos melhor este processo, devemos compreender o que é o desenvolvimento local.



3.1 Desenvolvimento local sustentável e agricultura familiar

O modelo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil, além de ser excludente, foi idealizado para outras regiões do planeta, sendo inadequado para o nosso tipo de clima e solo. Se pensarmos em produtividade, sustentabilidade e igualdade social, veremos que a **agricultura familiar** pos-

sui destaque, pois é responsável por 37,9% do valor bruto da produção (VBP).

Contudo, nas últimas décadas, a agricultura familiar tem sido penalizada pela falta de políticas públicas de apoio.

A idéia de desenvolvimento local sustentável está baseada na possibilidade de **cooperação, parcerias e organização de projetos e mercados pelos agricultores, não havendo limitação territorial para isso, isto é, não está restrita ao município ou ao estado.** Dificilmente um estado ou município consegue desenvolver-se com seus próprios recursos. Em geral, há necessidade de investimentos externos, na forma de recursos tecnológicos, humanos ou financeiros. Além disso, algumas vezes não é o município que se desenvolve como um todo, mas pequenas localidades ou comunidades dentro dele. Por isso, é importante enfatizar que desenvolvimento local não deve ser encarado somente como desenvolvimento municipal.

O **território** é onde se inicia, na prática, a gestão do desenvolvimento sustentável. Os adjetivos local, rural, regional são apenas formas de destacar espaços para melhor se pensar suas características. **O desenvolvimento é um processo único, que implica pensar o rural e o urbano, o local e o nacional, como elementos da construção de um projeto integrador.** Nele, devem estar incluídas a satisfação e o bem estar dos milhares de brasileiros de todos os credos, etnias, sexos, faixas etárias, que povoam o território nacional, ou mesmo, para além, considerando os limites dos sistemas naturais continentais.

“Um território não consiste simplesmente em atributos naturais. Ele é construído segundo a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas – mercantis e não mercantis – que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administrações capazes de dinamizar a vida regional.” (R. Abramovay)

Pensar a gestão social do desenvolvimento sustentável é considerar a importância dos processos locais dentro de uma realidade territorial maior, para a construção de planos e parcerias. É, também, envolver a comunidade no processo participativo de construção de propostas e alternativas.



Quando se fala em PDSA (Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá), nós temos que abranger um universo maior, não é só a agricultura e a pecuária em si, mas tem toda a questão da descentralização, a questão do envolvimento interinstitucional. A secretaria de educação é um parceiro incontestado, a secretaria de saúde, de infraestrutura (...)

O governo tem um trabalho de zoneamento ecológico e estamos trabalhando nas regiões mais atingidas (...) de acordo com a aptidão de cada região."

(Ismael Braga, extensionista rural, Amapá - AP)



Vídeo PRONAF/ Waldir de Pina



Atividade 4

1. Busque informações a respeito do planejamento do desenvolvimento no seu estado, e, com os demais conselheiros, faça uma avaliação das principais propostas apresentadas.
2. Descubra se o seu estado tem um plano de desenvolvimento e verifique o que ele estabelece como dimensão local para o seu município.
3. Compare com o PMDR do seu Município e veja como eles se articulam.

"Quem sabe onde quer chegar, escolhe certo o caminho e o jeito de caminhar."

Thiago de Melo



O planejamento

O planejamento participativo é um mecanismo de gestão social que permite a interação entre os diversos atores da comunidade: representantes da sociedade civil e do poder público.

Não existe receita para se chegar ao desenvolvimento sustentável. Essa construção deve ser feita por todos na comunidade e um dos instrumentos para isso é o **planejamento participativo**.

O primeiro passo na construção do desenvolvimento local sustentável é torná-lo um desejo dos indivíduos e das comunidades locais. Se ele não for um desejo, um objetivo de todos, um "onde se quer chegar", é possível que jamais se torne realidade.

O depoimento a seguir ilustra o que estamos querendo dizer.



Eu trabalhava na farmácia do meu pai na cidade, depois numa malharia em Blumenau que fazia camisetas, roupas. Depois que o meu pai morreu, vendemos a farmácia e pensamos: o que vamos fazer? Vamos ter uma propriedade auto-sustentável. Hoje temos 200 cabeças de gado em confinamento, produzimos milho para silagem e a criação de peixes. Trabalhamos em família: minha mãe, minha mulher, meus filhos, meus irmãos. Temos apenas dois empregados.



(Kleiton Passold, agricultor familiar, Lontras - SC.)

Para que este desejo possa se tornar coletivo, é preciso encontrar uma resposta do grupo que integre as necessidades e sonhos dos indivíduos.



O pequeno produtor, a dificuldade que ele tem é de conseguir escala de produção e principalmente, usar a tecnologia. Então, no nosso trabalho o pequeno produtor tinha que se unir um com o outro. Em 1988, nós começamos aqui a primeira associação de pequenos produtores. Foi na região da Cachoeira e lá nós juntamos onze produtores. Ali foi um ponto de referência, daí surgiram mais - se não me engano - 25 associações. Depois criamos uma central de associações e tudo com o objetivo de melhorar a vida desse produtor, principalmente porque a parte comercial era prejudicada, então o nosso começo foi comprando em conjunto e vendendo em conjunto.

(Hélio Frutuoso, extensionista rural, Orizona - GO.)



Ao realizarmos essas ações estamos fazendo o planejamento.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural é um espaço importante de planejamento do desenvolvimento local.

Não queremos com isto dizer que o planejamento é uma espécie de tábua de salvação para todo e qualquer problema. Mesmo planejando, ainda estamos sujeitos ao imprevisível, como o mau tempo inesperado, as crises econômicas ou situações como doenças e acidentes. Entretanto, planejar ajuda a nos organizarmos dentro do que podemos prever e, se tivermos um bom conhecimento da realidade, podemos deixar uma margem de segurança para lidar com estas situações imprevistas.

O planejamento está presente na nossa vida nas ações cotidianas, desde as mais simples como cozinhar ou plantar, até as mais complexas como a organização da produção ou o pagamento de nossas dívidas.

Para **planejar** o desenvolvimento sustentável do município, é preciso considerar as necessidades e sonhos individuais e coletivos, transformando-os em propostas para o município ou região. É preciso distinguir o que já pode ser realizado neste momento e o que só é possível se todos se empenharem.

Isto exige que a comunidade local tenha suas estratégias de:

- conhecer o que os indivíduos e comunidades precisam e querem;
- selecionar coletivamente as prioridades;
- buscar recursos;
- fiscalizar ações.

O planejamento é uma ferramenta de trabalho estratégico para organizarmos de maneira mais eficiente as nossas ações.



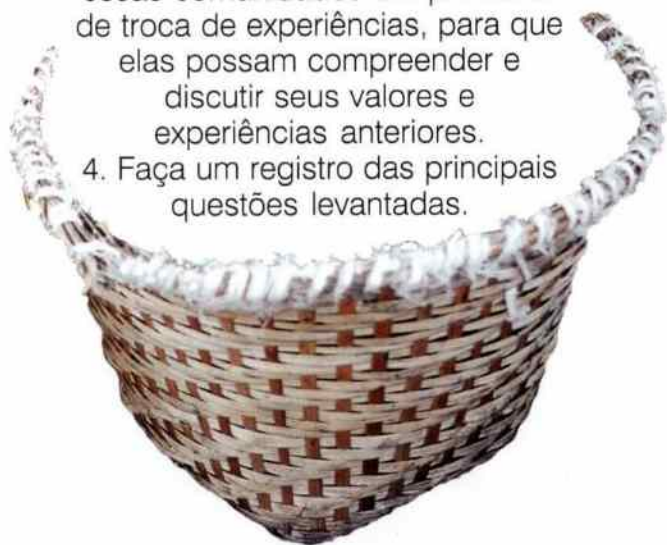
Atividade 5

1. Os Conselheiros devem se organizar para que cada um entreviste alguns membros da sua comunidade ou associação e liste o que eles acham importante para o desenvolvimento da região.

2. A partir das listagens, discuta se nas comunidades há uma visão sustentável do desenvolvimento e se há uma valorização da participação social no processo de construção desse desenvolvimento.

3. Após realizar as atividades 1 e 2, junto com os demais conselheiros, pense numa estratégia para estabelecer entre essas comunidades um processo de troca de experiências, para que elas possam compreender e discutir seus valores e experiências anteriores.

4. Faça um registro das principais questões levantadas.



4.1 Etapas do planejamento

Nem sempre estamos atentos ao fato de que o planejamento tem etapas. Ele, às vezes, se torna tão automático, que não paramos para avaliar o que podemos fazer para torná-lo ainda melhor.

O momento de planejar é uma oportunidade de resgatar o passado, para que sirva de referência, tanto naquilo que deu certo e pode ser repetido, como naquilo que precisa melhorar. Planejar é um pensar no presente, avaliando o passado, e visando o futuro.

A frase abaixo, tirada da placa de inauguração da Cooperativa dos Produtores de Leite do Município de Orizona – COAPRO/ Goiás, resume o que queremos dizer.

"Esta obra é o resultado da união de sonhos, força e fé, mas nada seria possível se não existisse, em cada um de nós, o desejo de crescer e ser cada vez melhor, sempre.

Orizona, 22 de agosto de 1998 - COAPRO"

O planejamento pode ser organizado com as seguintes etapas:

- sensibilização da comunidade;
- diagnóstico participativo;
- definição dos objetivos e do plano de ações;
- execução e gestão do plano;
- acompanhamento, avaliação e socialização com a comunidade.



4.1.1 Sensibilização da comunidade

Sensibilizar é fazer com que as pessoas se interessem pelas questões ou situações com que o grupo terá que lidar. O grupo deve se envolver nas ações necessárias para atingir seus objetivos.

O depoimento a seguir mostra um trabalho feito com jovens para sensibilizá-los com relação às questões do campo:



A questão do jovem é, de certa forma, problemática. O êxodo rural do jovem é grande... Temos, fora do conselho, um trabalho com jovens de conservação e desenvolvimento ambiental. O objetivo é fazer com que eles pensem. Nós não temos a intenção de fazer com que o jovem se torne um profissional da agricultura. Claro que, num segundo momento, é o nosso plano. Mas, em primeiro lugar, é fazer o jovem pensar na sua situação. Por que os pais dele chegaram a essa situação. O que eles podem fazer para mudar a realidade rural deles... Fazer com que o jovem não seja um coadjuvante, mas um protagonista nesta história.



(Roberto Ferrari, extensionista rural, Lontras - SC.)

Devemos procurar ver o mundo pelos olhos do outro: dar vez e voz às mulheres, aos jovens e aos idosos nas tomadas de decisão, incluindo-os no processo de planejar o desenvolvimento.

É importante ressaltar a necessidade de conhecermos o outro e de estarmos abertos para as diferenças, sem preconceitos, para podermos sensibilizar a todos.

Dentro de uma mesma comunidade existem diferentes hábitos e opiniões. É muito importante conhecê-los, ouvi-los e chamá-los a participar, para enriquecer o nosso planejamento. Devemos procurar ver o mundo pelos olhos do outro, para, por exemplo compreender o que pensam as mulheres e os jovens, que na maioria das vezes não são escutados nas comunidades.



INCRA/Carlos Terrana

4.1.2 Diagnóstico participativo

É a discussão e entendimento da realidade local, buscando identificar os principais problemas da comunidade.

Para definir os rumos do desenvolvimento local sustentável na região, é necessário conhecer as questões diretamente relacionadas ao campo, à agricultura familiar, e, principalmente, as questões referentes à relação entre as pessoas. Por isso, esta etapa de diagnóstico é extremamente importante e deve contar com o envolvimento da comunidade como um todo.

Para isso é preciso criar estratégias de conhecer a comunidade, de resgatar o saber popular

acumulado na região e compatibilizar os sonhos dos jovens e velhos, de mulheres e homens, pertencentes a diferentes grupos. É muito importante a participação de todos para que possam aprender a fazer o diagnóstico e estabelecer uma rede de relações.

O diagnóstico local deve conter aspectos sobre a situação da agricultura familiar na região, da saúde, da educação, das condições de moradia, da política e economia local, da situação do meio ambiente, entre outros itens importantes.

Todos os conselheiros devem participar ativamente do diagnóstico. Todos os membros do Conselho são capazes de ouvir e traduzir os anseios da comunidade.

Diagnóstico local: conhecendo o município e a comunidade – alguns aspectos importantes

A história da região	Informações sobre a política local	Dados sobre o meio ambiente	Histórico de participação social	A questão agrária e a agricultura familiar
Colonização, migração, famílias e etnias presentes.	Sistema de educação e saúde.	Solos, recursos hídricos, ocupação do espaço, uso de agrotóxicos, queimadas etc.	O papel da mulher, do idoso e do jovem na comunidade, diferenças de opiniões e interesses entre as pessoas e grupos da comunidade.	Culturas, distribuição da produção, opções de crédito e problemas de comercialização, entre outras questões.



Atividade 6

1. A partir do registro feito na atividade 5, o Conselho deve selecionar as questões importantes sobre agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável na região.
2. Busque com o grupo alternativas sustentáveis para resolver os problemas levantados.

4.1.3 Elaboração de Planos de Ação

É a elaboração de estratégias para atender às necessidades e aos desejos detectados no diagnóstico. Neste momento, os conflitos de interesses entre os indivíduos e grupos da comunidade devem ser negociados.

Para chegar aos planos de ação, devemos seguir os seguintes passos:

- definir critérios e prioridades;
- definir metas e objetivos;
- definir as ações.

Em seguida, pode-se construir uma tabela para cada ação proposta, de tal maneira que estejam definidos: os recursos, as responsabilidades, os prazos e as formas de avaliação.

Ao fazer a análise dos problemas e definir estratégias de ação, estamos adotando um procedimento que servirá como um guia na construção do desenvolvimento local sustentável. Esse procedimento deve ser avaliado constantemente, para identificar as necessidades de mudanças.

Detalhamento das ações propostas

Recursos	Responsabilidades	Prazos	Formas de Avaliação
Para realizar esta ação necessitamos de quê? Recursos materiais, humanos e financeiros.	Quem são os responsáveis pela ação? Indivíduos e instituições	Quanto tempo será necessário para a realização dessa ação?	De que forma podemos acompanhar a realização e os resultados da ação?

O planejamento está presente na nossa vida nas ações cotidianas, desde as mais simples, como cozinhar ou plantar, até as mais complexas, como a organização da produção ou o pagamento de nossas dívidas.



INCRA/Carlos Terrana

4.1.4 Execução - realização do plano de ações

Esta é uma das etapas mais complexas do processo de planejamento. Implica que as propostas se concretizem, e não fiquem apenas como carta de intenções que não serão realizadas.

É neste momento que a realidade se confronta com as propostas de ação. O plano deve ser flexível para incorporar eventuais mudanças.

A execução do plano de ação necessita do envolvimento da comunidade.

4.1.5 Acompanhamento, avaliação e socialização com a comunidade

Estas são ações permanentes ao longo da implementação do plano, buscando identificar as necessidades de mudanças e adaptações.

O acompanhamento da execução das ações é uma necessidade do processo de gestão social do desenvolvimento local.

Na avaliação é importante considerar as dificuldades encontradas e as soluções criadas para resolver esses problemas.

Quanto à socialização com a comunidade, ela é o momento de partilhar os resultados gerados pelas ações.

Para concluir:

O planejamento participativo deve gerar uma rede de atores sociais envolvidos no processo, dispostos a atuar e se mobilizar pela realização do plano.

Nos espaços em que os interesses comuns superaram os interesses individuais, os agricultores familiares prosperaram, podendo interferir nas políticas mais gerais do município, como por exemplo, na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR).





INCRA/Carlos Terrana

O PMDR é um documento oficial do município, que contempla soluções para os problemas identificados pelos agricultores familiares e relaciona os recursos municipais, estaduais e federais, públicos e privados, necessários a sua implementação.

Embora ainda muito identificado com os aspectos da sustentação econômica, inegavelmente o PRONAF, pelas características que veremos a seguir, é uma política inovadora que se coloca na perspectiva de estimular um novo modelo de desenvolvimento.

Plano Municipal de Desenvolvimento Rural: para além do PRONAF

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) é um planeamento feito para alguns anos (geralmente quatro).

Ele deve ser o resultado de uma construção coletiva de um projeto de desenvolvimento local sustentável, baseado nas reais necessidades e interesses dos grupos rurais locais.

A formulação do PMDR é, também, a concretização de um processo de construção de alianças estratégicas para a transformação de uma realidade.

O processo de elaboração do PMDR visa:

- desencadear transformações na prática das entidades envolvidas, além de mudanças nas relações sociais em nível local;
- democratizar os processos de decisão;
- garantir a presença das principais lideranças de base.

Uma apresentação detalhada do PMDR é fornecida no caderno de capacitação número 4.



5.1 O PRONAF como estimulador da sustentabilidade planejada e da descentralização

O PRONAF foi instituído pelo Decreto 1946 de 28 de junho de 1996. Este decreto sofreu vários ajustes, resultando no decreto 3991 de outubro de 2001.

O artigo primeiro deste decreto trata exatamente da questão da sustentabilidade. Diz ele em seu texto:

“O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores.”

No item V, do artigo terceiro, volta a se referir à sustentabilidade indicando seu apoio a *“ações de assistência técnica e extensão rural e a geração de tecnologia compatíveis com as características e demandas da agricultura familiar e com os princípios da sustentabilidade.”*

No artigo quatro, em que define sua forma de gestão, ele é claro sobre sua orientação pela gestão social, por meio de Conselhos estaduais e mu-

nicipais. Ainda no mesmo artigo, ele valoriza a participação do agricultor familiar no processo de gestão, estimula a construção de parcerias e a implementação de ações afirmativas que incluam no processo, as mulheres, os jovens e os grupos étnicos minoritários. Reforça ainda seu compromisso com a proteção ao meio ambiente.

Em termos de planejamento diz o artigo oito:

“o PRONAF terá um Plano Anual de Ações que integrará o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – PNDRS”.

Assim, ele passa a fazer parte de uma formulação maior sobre as políticas para o desenvolvimento rural no Brasil a serem formuladas e organizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Analisando a evolução desta legislação podemos entender que ela tem caminhado para, cada vez mais, abrir o espaço da descentralização e do planejamento como formas de gestão social do desenvolvimento, tendo como referência o princípio da sustentabilidade.

O Estado é visto como um coordenador do processo de planejamento que começa no nível local e é traduzido, pelos poderes municipais e estaduais, em políticas maiores em nível federal. Por sua vez, as políticas públicas federais se organizam para estimular a criação e o funcionamento deste planejamento descentralizado, exigindo que os municípios e estados que quiserem o apoio federal organizem o seu planejamento participativo. O PRONAF tem então esse duplo papel.

1999
6
OUTUBRO

Decreto 3.200 

O Decreto 3200, de 6 de outubro de 1999, estabelece algumas condições para a criação ou reconhecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e fala de suas atribuições. Nesse Decreto o papel do Conselho acaba se reduzindo quase exclusivamente a ações de gerenciamento do PRONAF.

Também neste Decreto, os conselhos municipais e os planos municipais ficam, de certa forma, confundidos com a dinâmica do PRONAF e o Conselho, em âmbito estadual, chega mesmo a ser chamado de Conselho do PRONAF.

2001
30
OUTUBRO

Decreto 3.992 

Com a reformulação do Decreto 3200, que acontece no Decreto 3992 de 30 de outubro de 2001, o Conselho Nacional passa a assumir seu verdadeiro papel de elaborador do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e de formulador de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável, incluindo o acesso à terra, o fortalecimento da Agricultura familiar e a diversificação das economias rurais.

O item VI, do artigo primeiro deste novo decreto, diz que é atribuição do Conselho Nacional estimular e orientar a criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável a serem constituídos pelos estados e municípios.


O PMDR tem sido associado às exigências do PRONAF para liberar recursos federais, especialmente os de infra-estrutura, que vêm por meio das prefeituras municipais. No entanto, é preciso refletir que **nenhum município pode se desenvolver atrelado a uma única linha de crédito**, por mais interessante e importante que ela possa ser num determinado momento.

Assim, a medida em que o plano possa ser visto como um instrumento abrangente para o município pensar seu desenvolvimento, ele é um excelente meio para convencer qualquer interessado da capacidade do município de definir seus objetivos, e abrir para ele muitas oportunidades de parcerias e financiamentos.

O plano não deve ser elaborado unicamente para o PRONAF, mas para o município, do mesmo modo que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural é um órgão do município e não do PRONAF.

Embora os recursos financeiros do PRONAF possam servir de estímulo para desencadear este processo ou para alavancar aquelas iniciativas que precisam se consolidar, eles não devem causar a dependência do processo de planejamento e participação.

O depoimento a seguir ilustra o que estamos dizendo:

 Se criou o conselho porque existe o PRONAF infra-estrutura; é um recurso que se não tiver o conselho, a União, o MDA não repassa o recurso para aquele município. O que a gente tem visto é que são criados os Conselhos não para se criar um projeto de desenvolvimento rural sustentável, que é o que traz o nome do Conselho. Na minha compreensão de pequeno agricultor eu acho que o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável é uma coisa muito mais ousada: o Conselho deve se reunir para discutir um projeto alternativo de desenvolvimento. Eu acho que a função do Conselho, acima de tudo, é isso: não é só aplicar os recursos do PRONAF infra-estrutura.

(Zacarias Nogueira, presidente da Associação Rural de Catité - BA.)



INCR/Carlos Terrana e Vídeo PRONAF/Waldir de Pina

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural analisa a viabilidade técnica e financeira do **PMDR** e o grau de representatividade das necessidades e prioridades do setor rural, em especial os agricultores familiares. Depois disso, o PMDR é encaminhado à Câmara Municipal, para aprovação.

No caso da operacionalização do **PRONAF Infra-estrutura e Serviços**, após a aprovação do PMDR, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural aprova, em primeira instância, o apoio do PRONAF a projetos nele contidos, relatando à Secretaria Executiva Estadual. Esta Secretaria analisa o PMDR e relata ao Conselho Estadual, o qual analisa o apoio a projetos neles contidos, relatando à Secretaria Executiva Nacional. A Secretaria Executiva Nacional analisa os PMDR e relata ao Conselho Nacional, ao qual compete a aprovação final dos mesmos. Caso os recursos sejam aprovados, deverá haver, também, a cada ano, a apresentação de um plano de trabalho.



INCRA/Carlos Terrana

Atividade 7

Organizando-se em grupos de Conselheiros, façam um estudo detalhado dos diferentes aspectos do PMDR do seu município. Verifiquem se as questões levantadas nas atividades anteriores já estão incluídas no PMDR. Caso não estejam, como podem ser incluídas?





“Sonhei que o sonho existia
não dentro, fora de nós,
e era tocá-lo e colhê-lo,
e sem demora sorvê-lo ...”

Carlos Drummond
de Andrade

Desafios

Para finalizar esta discussão é importante lembrar que os desafios para a construção de um desenvolvimento sustentável planejado e participativo são muitos e este tema está longe de se esgotar aqui.

Caberá a cada Conselho descobrir, no decorrer das suas discussões, outras questões capazes de alimentar o debate em nível local.

Ficam aqui algumas sugestões que podem ajudar a dar continuidade a este processo. São desafios importantes de serem enfrentados nesse momento da história, e ainda não têm respostas prontas. Cabe a cada município buscar as soluções locais.

- O primeiro desafio é promover, em nós mesmos e nos grupos, as mudanças culturais necessárias para se pensar a sustentabilidade e organizar processos educativos que favoreçam essas mudanças.
- O segundo é pensar um mundo rural sustentável com atividades de diversas naturezas, que se complementam na busca e



na construção da qualidade de vida daqueles que nele pretendem permanecer.

- O terceiro é estimular a mobilização social para que os agricultores familiares superem a visão imediatista dos problemas e soluções, indo além do mero "buscar crédito para solução de problemas imediatos", embora esses não devam ser descartados, chegando a um planejamento da sustentabilidade.
- O quarto é integrar o desenvolvimento do município numa perspectiva regional e nacional, construindo uma rede de relações que caracterizem uma estratégia de desenvolvimento nacional com o foco no campo.
- O quinto é realizar a experiência do planejamento participativo do desenvolvimento. Os interesses conflitantes precisam ser negociados, mudando os padrões individualistas que impedem a experiência coletiva.
- O sexto é fazer com que o poder público assuma efetivamente seu papel representativo das comunidades eleitoras, fazendo a mediação entre os interesses conciliáveis, e se posicionando a favor do coleti-

vo com os interesses inconciliáveis. Não há espaço, nessa nova proposta, para um poder público que impeça ou dificulte a participação dos setores sociais no processo de construção do desenvolvimento.

- O sétimo é multiplicar, de maneira crítica e criativa, as experiências mais bem sucedidas no processo de organização social. Estas experiências poderão contribuir para a revisão e ampliação das políticas públicas (legislações e direitos vigentes), o surgimento de novas organizações/instituições de suporte ao desenvolvimento local sustentável.



Atividade 8

Faça uma revisão das atividades anteriores e resgate, com os demais Conselheiros, quais são os principais desafios que o seu município tem de enfrentar e como eles podem ser incluídos no PMDR.

Bibliografia consultada

- ABRAMOVAY, R. "Capital social: cinco proposições sobre o desenvolvimento rural". IN: *II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica – A formação de capital social para o desenvolvimento local sustentável*. 1998.
- ALMEIDA, J. e NAVARRO Z. (orgs.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.
- GOLDENBERG, M. (coord.). *Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- GUIVANT, J. "A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais". IN: VIOLA, Eduardo et al. *Meio ambiente: desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez: Editora da UFSC, 2001.
- HELD, D. e MCGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- MENDES, T. A. (coord.). *Capacitação em gestão social para os conselheiros municipais de desenvolvimento rural*. PRONAF, 2000.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- VEIGA, J. E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: FIPE/ IICA (MDA/CNDRS/ NEAD), 2001.
- VIOLA, E. *et alli. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.





Ministério
do Desenvolvimento
Agrário



PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA O DESENVOLVIMENTO
PROJETO PNUD BRA 98/012